

**PREPARO AO LAR: A DISCIPLINA DE ECONOMIA DOMÉSTICA NO
GINÁSIO DO COLÉGIO FARROUPILHA
(1942- 1961)**
*THE HOME ECONOMICS
IN THE COLÉGIO FARROUPILHA
(1942-1961)*

Carolina Severo¹⁷⁸
carolinaasty@gmail.com

RESUMO

O presente estudo aborda a disciplina de economia doméstica no curso ginásial do Colégio Farroupilha, instituição privada de Porto Alegre, entre o período de 1942 – ano marcado pela Reforma Capanema, que torna obrigatória a economia doméstica às alunas da terceira e quarta série – e 1961, quando foi implantada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mas que não acarretou em nenhuma mudança referente à disciplina no currículo escolar. Por meio da análise de fontes escritas localizadas no Memorial da Escola, a pesquisa visa mapear quem foram as professoras; identificar qual conteúdo era transmitido em sala de aula; inserir a disciplina na época em que seu ensino era obrigatório, contextualizando-a; analisar de que maneira era organizada; investigar quais eram os seus objetivos e apontar de que forma determinava o papel da mulher na sociedade da qual fazia parte.

Palavras-chave: Economia doméstica. Disciplinas escolares. Educação feminina. Relações de poder. Violência simbólica.

ABSTRACT

The present study deals with the discipline of home economics in the junior high school of the Colégio Farroupilha, a private institution in Porto Alegre, between 1942 - year marked by the Capanema Reform, which makes the domestic economy compulsory for the students of the third and fourth grades - and 1961 , when the first Law on the Guidelines and Bases of Education was implemented, but that did not entail any changes regarding discipline in the school curriculum. Through the analysis of written sources located in the Memorial of the school, the research aims to map who the teachers were; identify what content was transmitted in the classroom; to insert the discipline in the time in which its teaching was obligatory, contextualizing it; analyze how it was organized; to investigate what their objectives were and to indicate how they determined the role of women in the society of which it was a part.

Key-words: Home economics. School subjects. Female education. Power relations. Symbolic violence.

Introdução

A presente pesquisa aborda a disciplina de economia doméstica no curso ginásial¹⁷⁹ do Colégio Farroupilha¹⁸⁰, instituição privada de Porto Alegre, entre o período de 1942 e 1961. Tal recorte cronológico poder ser justificado pelo fato de que em 1942 entrou em vigor a Reforma Capanema¹⁸¹, que, por meio do decreto-lei n.4.244/42, tornou obrigatória às alunas do ensino secundário – curso ginásial, clássico e científico – a disciplina de economia doméstica. Já a

¹⁷⁸Estudante do curso de História da PUCRS e bolsista de iniciação científica, pelo CNPq, da professora doutora Maria Helena Camara Bastos.

¹⁷⁹ O curso ginásial só foi incluído no Colégio em 1936.

¹⁸⁰Escola tradicional de Porto Alegre, foi criada em 1886 pela ABE de 1858, formada por imigrantes alemães. Atualmente está localizado no bairro Três Figueiras. Para saber mais, ver BASTOS; JACQUES; ALMEIDA (2013).

¹⁸¹ Sobre, ver SCHWARTZMAN (1984).

respeito de 1961, é o ano em que é implantada a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação¹⁸² (LDB), mas não ocorre nenhuma mudança no currículo escolar no que se refere a disciplina.

De acordo com o decreto-lei n.4.244/42, a orientação metodológica tinha como intuito atingir a natureza da personalidade feminina e a sua missão como mulher sendo dona de casa. Dessa maneira, nota-se a mentalidade que continuou mantendo-se nas seguintes décadas, principalmente na de 1950, onde as revistas femininas atentavam para a “mulher ideal” – esposa, mãe e dona de casa. E como pode-se observar, tal concepção do espaço que as mulheres deveriam ocupar não mudou tanto, apesar da inserção de alunas em escolas mistas. Assim, nota-se que, ao mesmo tempo que as mulheres tinham o direito à educação, elas eram redirecionadas ao seu principal objetivo: cuidar do lar. Certos pontos presentes no programa do ensino secundário de 1951 podem ser destacados: higiene doméstica; preparo, conservação e uso das roupas; preparo, conservação e uso dos alimentos; contabilidade e noções de puericultura e noções de serviço social. Entretanto, deve-se apontar que tal disciplina é um fator do seu tempo, baseada em uma mentalidade e valores provenientes da época em que foi criada.

Segundo Chervel (1990), as disciplinas escolares representam muito mais do que apenas práticas em salas de aula, pois envolvem os interesses daqueles que organizaram seu conteúdo, sendo um importante papel no fenômeno de aculturação das massas. A respeito disso, em seu texto sobre as diferenças entre os sexos e dominação simbólica, Chartier (1993) considera que a identidade feminina é construída no momento em que mulheres interiorizam normas enunciadas em discursos masculinos, assegurados pela manutenção de uma educação que os reconhece. O historiador define esse fenômeno como uma violência simbólica, na qual deve-se reconhecer os mecanismos, os limites e os usos do consentimento pelas mulheres para compreender a maneira como esse sistema de poder funciona. Enfim, Chartier afirma que a diferença sexual, fundada e legitimada por um discurso que impõe a submissão feminina, está inserida nas práticas sociais, organizando a realidade e o cotidiano. Dessa maneira, é possível desenvolver um diálogo entre os dois autores, podendo colocar que o estudo da disciplina de economia alcança não só a História da Educação, como também a História Cultural e a própria História das Mulheres e das relações de gênero. Assim, a relevância da pesquisa baseia-se na capacidade que o tema envolve de investigar o papel que era imposto às mulheres através da economia doméstica, o que compreende, da mesma forma, a mentalidade da sociedade da época.

¹⁸²Baseando-se na Constituição Brasileira, define e regulariza a educação nacional.

Com isso em mente, o estudo visa mapear quem foram as professoras; identificar qual conteúdo era transmitido em sala de aula; inserir a disciplina na época em que seu ensino era obrigatório, contextualizando-a; analisar de que maneira era organizada; investigar quais eram os seus objetivos e apontar de que forma determinava o papel da mulher na sociedade da qual fazia parte. A respeito da metodologia, baseia-se na análise de fontes escritas localizadas no Memorial do Colégio Farroupilha, sendo elas: atas do Conselho Escolar de 1940 a 1947; correspondências oficiais do Ministério de Educação e Saúde de 1942 a 1946; relatórios de verificação de 1949; o programa de economia doméstica para o curso ginásial de 1952; atas, relatórios e pontos de 1954. Foi realizada uma revisão bibliográfica a respeito da história da disciplina; da história das mulheres e da educação feminina no Brasil. Assim, em primeiro lugar, será desenvolvido um breve histórico da disciplina, seguido pela investigação relacionada ao Escola e por fim, a conclusão.

Entre bordados e rezas: um breve histórico da disciplina de economia doméstica

Desenvolvendo um histórico a respeito da educação e do trabalho das mulheres no século XX, Rose-Marie Lagrave coloca como a educação auxiliou a estabelecer o lugar feminino não só na sociedade, como no mercado de trabalho, definindo como vulgar a segregação que é construída.

Trata-se então de inculcar, desde a escola primária e na família, nos rapazes como nas raparigas, dois sistemas de disposições diferentes que pouco a pouco se encarnarão em dois sistemas de posições separadas no trabalho. O século XX escreveu, portanto, a história da entrada maciça das mulheres na educação e no salariedade, mais eivada de uma desigualdade das possibilidades escolares e de não miscibilidades das profissões. Ele continua, assim, a escrever, através de variações, mas também de invariantes, a história da vulgar segregação (LAGRAVE, 1991, p.507).

De acordo com Lagrave (1991), na Europa, após a Primeira Guerra Mundial – período onde mulheres experimentaram um papel mais liberto, seja participando da guerra ou ocupando o lugar do homem no ambiente doméstico – o Estado e a Igreja foram responsáveis por uma política familialista, que visava lembrar as mulheres dos seus deveres como esposa e dona de casa, devendo retornar ao lar. Tal fenômeno corresponde a uma resposta ao declínio da natalidade, ao crescimento do salário feminino e ao regresso dos homens às fábricas e aos campos. Uma das estratégias foi a inauguração de escolas e cursos para intensificar a economia doméstica, que se adapta às diferentes expectativas de classe, tornando-se burguesa ou populista. Na França, em 1923, ocorre a abertura do primeiro salão de artes domésticas e na Alemanha, há concursos de donas de casa, até mesmo o ano de 1934 é declarado o ano da dona de casa.

Guacira Lopes Louro traça a trajetória das mulheres até alcançarem um lugar nas salas de aula, porém chamando a atenção para as diversas concepções e formas de educação que eram praticadas. No Brasil, após a proclamação da Independência, em 1822, passou a ser divulgado um discurso oficial sobre a necessidade da modernização do país, com o objetivo de esquecer seu passado colonial. A educação tornou-se um aspecto tomado como essencial, entretanto o país compreendia uma sociedade escravocrata e majoritariamente rural, onde os latifundiários e coronéis dominavam a política. Entretanto, existiam certas escolas, fundadas por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas, onde o currículo diferenciava-se em relação ao sexo do aluno, já que os meninos aprendiam geometria e as meninas recebiam lições de bordado e costura. A autora atenta para as questões de classe, etnia, raça e religião como elementos que condicionavam as práticas educativas na formação das crianças em mulheres e homens.

Para as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino de leitura, da escrita e das noções básicas da matemática era geralmente complementado pelo aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professoras particulares, ou em escolas religiosas. As habilidades com agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças; acrescida de elementos que pudessem torná-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente (LOURO, 2015, p.446).

Louro afirma que com o início do século XX, novas disciplinas como puericultura, psicologia e economia doméstica passaram a fazer parte do currículo escolar dos cursos femininos, representando, assim, a introdução de novos conceitos científicos justificados por velhas concepções relativas à essência do que se entendia como feminino (LOURO, 2015). Segundo Oliveira (2006), o curso de economia doméstica envolve os cuidados com a família e o preparo para a vida doméstica, tendo como objetivo fazer com que a mulher esteja apta de solucionar os problemas de seu marido e de seus filhos, podendo lhes proporcionar uma vida melhor. Além disso, desenvolve um breve histórico a respeito de sua fundação.

A “cadeira de Economia Doméstica” surgiu no panorama de ensino como “trabalhos manuais”. Colocada no currículo secundário pela Reforma Capanema, até então era vista como um Curso de Economia Doméstica, fazendo parte do ensino técnico-profissional, que fora regulamentado pelo Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio em dezembro de 1909. A Superintendência da Educação Profissional e Doméstica – criada pelo Decreto n. 1604, de 13 de agosto de 1934, subordinada à Secretaria da Educação e Saúde Pública, com sede no Instituto Profissional Feminino da Capital de São Paulo – possuía um número relativamente alto de matrículas de alunas distribuídas por várias seções, porém, a de Economia Doméstica começou a funcionar somente em 1912 sendo logo esquecida. Reapareceu, em 1930, graças à reforma geral dos cursos profissionalizantes em São Paulo. (OLIVEIRA, 2006, p.80).

Costurando vestígios: a disciplina de economia doméstica no Colégio Farroupilha

Fundado em 1886 pela ABE de 1858¹⁸³, o Colégio Farroupilha possuía apenas o curso primário e era destinado somente para alunos do sexo masculino, sendo que todas as aulas eram ministradas em alemão. Inicialmente, funcionando em salas alugadas da Comunidade Evangélica, na Rua Senhor dos Passos, tinha como nome *Knabenschuledes Deutschen Hilfsverein* – Escola de Meninos da Sociedade Beneficente Alemã. Entretanto, inaugurou-se, em 1895, a sede própria da instituição, conhecida hoje como Velho Casarão e localizada na Rua São Raphael, atual Avenida Alberto Bins.

Como Louro (2015) argumenta, o final do século XIX é marcado pela preocupação relacionada à educação feminina, ligando-a à modernização da sociedade, à higienização da família e à construção da cidadania dos jovens. Nesse contexto, em 1904, acabou sendo decidida pela Sociedade Alemã a criação de uma escola voltada para o público feminino e, assim, surgiu a *Mädchenschule* – Escola para Meninas. Iniciando com 159 alunas e cinco séries do ensino primário, as atividades eram realizadas nas salas alugadas da Comunidade Evangélica. Em relação ao currículo escolar, Monteiro e Figueiredo (2015) elaboram uma relação das disciplinas que eram ministradas e comparam com o currículo da Escola de Meninos. Utilizando o relatório de 1906 como fonte, as autoras obtiveram os seguintes dados a respeito do ensino de trabalhos manuais:

O relatório dá destaque às aulas de trabalhos manuais, em que aprendiam as prendas domésticas. Desde a primeira classe, as meninas já faziam artesanato e costuravam. Os tópicos eram divididos em: I classe, ponto cruz e estilo (modelagem); II classe, crochê, costura e bordado; III classe, semelhante à II classe, mas em padrões mais difíceis; IV classe, aperfeiçoavam as técnicas de bordado e crochê; V classe, faziam blusas nas máquinas de costura e depois bordavam; VI classe, aperfeiçoavam as técnicas de bordado, desenvolviam atividades, tais como bordado em couro e bordado em fio de ouro. De acordo com o relatório, as meninas demonstravam “habilidade e amor” pelo trabalho manual. Esse conceito era típico da época, que vinculavam os afazeres domésticos às aptidões e aos dons inatos femininos (MONTEIRO; FIGUEIREDO, 2015, p.61).

Em 1929, em decorrência de experiências que estavam sendo feitas tanto no Brasil como internacionalmente, foi estabelecida a junção das duas escolas, tornando o Colégio misto. Porém, através do acervo fotográfico do Memorial da instituição, é possível observar uma série de fotografias anteriores a 1929, que apresentam meninas e meninos juntos, sendo coerente apontar que a convivência entre as escolas já existia.

¹⁸³Atualmente Associação Beneficente Educacional, é a mantenedora da Escola e foi fundada por imigrantes alemães, em 1858, com o nome de *DeutscherHilfsverein* (Sociedade Beneficente Alemã). Sobre, ver JACQUES (2013).

Apesar de poder observar que no início do século XX, as meninas já deparavam-se com elementos da economia doméstica, não foram localizados dados na documentação até o ano de 1942 – o mesmo acontece em relação aos trabalhos manuais –, quando a disciplina tornou-se obrigatória devido a Reforma Capanema. A respeito do funcionamento da disciplina nas escolas, consta em uma correspondência da divisão de ensino secundário, datada de 25 de setembro de 1942, que a economia doméstica, junto com trabalhos manuais e música, está dispensada de provas e atribuição de notas mensais até que fosse expedida a respectiva regulamentação. Entretanto, além de haver uma constante sobre esse ponto nos demais documentos da mesma tipologia, a disciplina não aparece nos pontos para as provas parciais do curso ginásial da década de 1950, apenas trabalhos manuais.

Sobre a limitação e distribuição de tempo nos trabalhos escolares, está presente na portaria n.167, publicada no Diário do Ministério da Educação e Saúde no dia 10 de março de 1943, que as alunas devem obedecer às mesmas regras que os seus colegas, porém, com uma exceção: na terceira e quarta série do ginásio, deveriam cursar um período, de 50 minutos, por semana de economia doméstica. Há, também, um quadro anexado com a relação das disciplinas do curso ginásial, onde está datilografado que eram dedicadas três horas semanais ao ensino de trabalhos manuais para a primeira e segunda série, sem haver nenhum detalhe a respeito da distinção de conteúdo baseada no sexo do estudante. Contudo, é pouco provável que as aulas fossem mistas, já que a partir da observação dos pontos para as primeiras provas parciais, de 1954, verificou-se que a temática das avaliações baseava-se em carpintaria, manuseio de ferramentas e trabalhos com diferentes tipos de materiais, sem nenhuma referência a um conteúdo voltado para as alunas. Porém, ao ser localizada uma série de fichas com informações de cada professor – sendo informado o endereço, o estabelecimento de ensino, a disciplina e as séries –, concluiu-se que ao chegar o momento da aula de trabalhos manuais, a turma era dividida em meninos e meninas, já que havia dois professores: Johannes Nagel para a turma masculina e Edith Gerlach¹⁸⁴ para a feminina.

Sobre o corpo docente de trabalhos manuais, todos os dados foram retirados das fichas e atas e assim, sabe-se que era formado pelos dois professores acima citados para a 1ª e 2ª série, e já a respeito da disciplina de economia doméstica, foi ministrada por Emma Silveira Falkenhoff Moreira até 1959, que também lecionou no ensino primário durante os anos de 1949, 1950 e 1956 para os 3º e 4º anos. Como foram localizados apenas os relatórios de 1948

¹⁸⁴Ex-aluna do Colégio Farroupilha, era filha de Frederico Carlos Gerlach e Herminie Schramm Gerlach, tendo como irmãs Wilma Gerlach Funcke e Enna Nelly Gerlach. Ministrou as turmas da 5ª série do ensino primário entre o período de 1949 a 1961.

em diante, não se sabe em que ano Edith Gerlach e Emma Silveira Falkenhoff iniciaram no Colégio. Entre o período de 1957 e 1959, Jurema de Almeida lecionou para a turma feminina de Trabalhos Manuais, enquanto Neyde A. Bandeira dividia com Emma Moreira as turmas de economia doméstica. Entretanto, por meio do relatório do ano de 1961, foi possível ter acesso à informação de que Helga Nicklas estava atuando como professora de trabalhos manuais para as alunas da 1ª e 2ª série do curso ginásial, e já Edwiges A. Simon ministrava economia doméstica. Segundo Jacques (2015), Nicklas era filha do professor Friedrich Nicklas e colaborava com as atividades do Serviço Médico.

Professora	Período de atuação	Disciplina
Edith Gerlach	? - 1956	Trabalhos Manuais – turma feminina
Emma Silveira Falkenhoff Moreira	? - 1959	Economia Doméstica
Jurema de Almeida	1957 - 1959	Trabalhos Manuais – turma feminina
Neyde A. Bandeira	1958	Economia Doméstica
Helga Nicklas	1959 - 1961	Trabalhos Manuais – turma feminina
Linoir R. Azmus	1959 - 1960	Trabalhos Manuais – turma feminina / Economia Doméstica
Edwiges A. Simon	1961	Economia Doméstica

Quadro 1: Relação do corpo docente das turmas femininas de Trabalhos Manuais e Economia Doméstica do Curso Ginásial. Fonte: Memorial do Colégio Farroupilha.

Correspondendo ao espaço físico das atividades, foi analisado no Diário Oficial do M.E.C., que compreende o período de setembro de 1949, a lista dos materiais necessários para compor a sala de trabalhos manuais. Estão presentes ferramentas e objetos como alicates, martelo, pregos, parafusos, metal em folha, arames, barro em modelagem, cartolinas, serrotes, compassos, grampos para carpinteiro, chaves de fenda, lixa e madeira. Acompanhando a lista, há uma nota sobre como os estabelecimentos femininos estão dispensados de ter que obter tais materiais, mas não consta nenhuma informação do espaço ou dos materiais destinados a disciplina de economia doméstica. Apesar de tal questão ser uma constante nesse documento, nos relatórios de verificação do Colégio Farroupilha, está presente uma ficha básica a respeito da infraestrutura do prédio, informando que haviam duas salas de trabalhos manuais: a primeira, destinada ao trabalho de agulha, estava localizada no primeiro andar e já a outra, possivelmente a de atividades com madeira e ferramentas, ficava no térreo. Além disso, está escrito que o equipamento das mesmas atende às exigências e especificações contidas na portaria n.67, tanto

em qualidade como em quantidade, o que serve também para as condições em que se encontram as ferramentas em uso, tendo a comissão atribuído a nota máxima (10).

O Programa do Ensino Secundário de 1952 estabelece claramente o conteúdo que deveria ser transmitido em sala de aula para as alunas da terceira e quarta série do curso ginásial. Para a terceira série, o programa era iniciado por uma introdução, que deveria discutir o objeto da economia doméstica, assim, seguia-se para a segunda parte que seria o arranjo e higiene da habitação, onde seria visto a habitação da família e a higiene da casa. A terceira parte era voltada ao preparo, conservação e o uso das roupas, onde seriam trabalhadas as roupas de cama e mesa, peças de vestuário, lavagem e passagem das roupas. A última parte era destinada ao preparo, conservação e uso dos alimentos, a alimentação e a sua importância, a subnutrição e estado de carência, a origem e o preparo geral dos alimentos e como seriam usados. Na quarta série, já se iniciava com contabilidade doméstica, orçamento doméstico, registro de despesas, relações no lar. A segunda parte era a respeito de noções de puericultura, que envolvia estudos sobre a criança, o recém-nascido, a alimentação da criança, os cuidados higiênicos gerais da criança, a criança depois do primeiro ano de vida e moléstias da primeira infância. E por fim, deveriam ser vistas noções de serviço social e noções de enfermagem.

Observando o conteúdo do Programa do Ensino Secundário mencionado acima, pode-se colocar a extrema semelhança com o que era ministrado para as meninas em meados do século XIX, de acordo com os anais do Parlamento Brasileiro de 1827. Além disso, retomando a ideia de violência simbólica de Chartier, é possível notar como fica clara a tentativa de manutenção de um determinado papel para as mulheres na sociedade através da educação. Tal papel estaria relacionado a um perfil submisso e materno, onde se encaixaria a mulher e esposa ideal, sempre a postos para agradar seu marido, tendo os conhecimentos para lidar com os problemas do ambiente doméstico, o único lugar onde a sua dedicação deve estar. De acordo com Perrot (1998), percebe-se, no século XIX, uma segregação sexual do espaço público, onde existem espaços proibidos às mulheres – como os políticos, judiciários, intelectuais e até esportivos – e aqueles que as aceitam são, para as mulheres de classe mais alta, os grandes magazines, os salões de chá e a igreja. Já a respeito das classes populares, estão a rua, o mercado e a lavanderia. Entretanto, cabe afirmar que apesar de certas conquistas – como o voto feminino, a sala de aula e um maior espaço no mercado de trabalho -, ainda é possível notar um espaço segregado em decorrência do sexo, mesmo que, na maioria das vezes, esteja implícito e seja considerado algo natural.

Tal mentalidade sobre o espaço que as mulheres deveriam ocupar pode ser notada nos textos da seção feminina da revista *O Clarim*¹⁸⁵, organizada pelo Grêmio Estudantil do Colégio Farroupilha. Marcado pela escrita majoritariamente masculina, tinha a seção citada a cima dedicada ao público feminino e era a única escrita apenas pelas alunas. Contudo, os assuntos variam entre casamento, cuidados com a beleza e culinária. No número de novembro de 1957, em uma matéria intitulada “A mulher na sociedade”, a autora coloca que o lugar da mulher, ao longo história, sempre foi o lar.

E o lar o seu sonho, desde a infância. Esse sonho maravilhoso acompanha toda a sua vida de menininha, de menina-moça e de mulher. O seu ideal é o casamento. Casando-se ela funda o seu lar, que passa a ser o seu mundo. Para esse mundo e por ele, ela viverá, amará e sofrerá. Terá, no lar, a recompensa de todos os sofrimentos, de todas as dores e terá, também, os mais alegres momentos de sua vida. Ela semeando amor, sorrindo em todas as horas de felicidade, será uma rainha, a rainha desse mundo criado por ela mesma, e que teve como base dois grandes amores: o de seu marido, naturalmente, o maior e o de seus filhos (BORGES, p.9, 1857).

Outra questão observada foi a ausência da disciplina nos boletins das provas anuais e nos pontos para as provas parciais, sendo que estava sempre presente a de trabalhos manuais. Observa-se o fenômeno idêntico nos relatórios de inspeção, já que mesmo o Colégio contendo uma sala para a aula de economia doméstica, apenas a de trabalhos manuais é registrada por meio de uma fotografia. Sobre os boletins, é compreensível já que estava registrado nas correspondências do M.E.S. que não era necessário, entretanto o mesmo valia para trabalhos manuais. Não há como chegar a uma resposta concreta sobre isso, porém, pode-se desenvolver a hipótese de que não era uma disciplina que a qual tratavam com muita importância, o que poderia explicar a falta de registros a respeito dela. Perrot (1989) atribui à essa questão a seleção dos documentos que é realizada e que acaba privilegiando o espaço público – ocupado majoritariamente por homens –, o que acarreta num espaço pequeno voltado às mulheres. Como a autora coloca, essa ausência no nível da narrativa se amplia pela carência de pistas no domínio das “fontes” com as quais se nutre o historiador, devido à deficiência dos registros primários (1989, p. 10). Então, no momento em que temos acesso ao conteúdo voltado a turma masculina de trabalhos manuais, o mesmo não acontece para a turma feminina e para a disciplina de economia doméstica.

Em 1961, o Colégio Farroupilha, em decorrência da grande procura por parte de estudantes e de possuir um espaço pequeno, transfere de sede para o bairro Três Figueiras, deixando o Velho Casarão no centro da cidade, que após alguns anos, será destruído e abrigará o Hotel Plaza São Rafael. Entretanto, esse mesmo ano também é marcado pela implementação

¹⁸⁵ Criado em 1945, foi continha uma série de textos escritos pelos alunos. Sobre, ver ALMEIDA e LIMA (2013).

da primeira Lei de Diretrizes e Base da educação, que inaugura um novo currículo escolar, excluindo as disciplinas de economia doméstica e trabalhos manuais. Contudo, apesar de constar no relatório do ensino secundário tal imposição, não há nenhum artigo na lei que mencione tais disciplinas.

Considerações Finais

Apesar de o trabalho manual ligado à costura e bordado ter existido no currículo escolar da Mädchenschul (Escola de Meninas), entre o período de 1904 e 1929, a disciplina de Economia Doméstica surge em 1942, em decorrência do decreto-lei n. 4.244/42, fazendo parte da Reforma Capanema, ferramenta constituinte da nacionalização do ensino durante o Estado Novo (1937-1945). A principal diferença entre a disciplina de Trabalhos Manuais, direcionada à turma feminina, e a Economia Doméstica é que a última visava a formação das alunas como futuras esposas, mães e donas de casa. Além da descrição, inserida no Programa do Ensino Secundário de 1952, dos conteúdos vistos em aula, a colocação presente no artigo n.25 do decreto-lei implantando em 1942 podem ser vistos como vestígios de tal objetivo. Dessa maneira, é possível observar que a disciplina de Economia Doméstica foi utilizada como um instrumento para moldar meninas de acordo com o papel que o Estado acreditava ser melhor adequado à elas. Como há uma frequente ausência sobre o objeto desse estudo nos documentos analisados, nota-se a necessidade de partir para o uso de fontes orais, por meio da metodologia da História Oral, para que se consiga alcançar novas informações e desenvolver como ex-alunas e professoras viam essa disciplina.

Referências

ALMEIDA, Dóris Bittencourt; LIMA, Valeska Alessandra de. **Memórias Juvenis nas Páginas de um periódico: O Clarim (1945-1965)**. In.: BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p.47-70.

CHARTIER, Roger. **Diferenças entre os sexos e dominação simbólica**. cadernos pagu (4) 1995: pp. 37-47.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria & Educação, 2, p.177-229.

LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In.: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p.505 – 543.

LOURO, Guacira Lopes. **Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero.** Proj. História. São Paulo, n.11, nov. 1994. p.31 – 46.

– Mulheres na Sala de Aula. In.: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 10.ed., 2015. p. 443 – 481.

MONTEIRO, Paolla Ungretti; FIGUEIREDO, Milene Moraes de. **Mädchenschule: Escola de Meninas do Deutscher Hilfsverein (Porto Alegre 1904-1929).** In.: BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p.47-70.

OLIVEIRA, Ana Carla Menezes de. **Economia doméstica: origem, desenvolvimento e campo de atuação profissional.** VÉRTICES. v. 8, n. 1/3, jan./dez. 2006, p.77 – 88.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 159 p.

– **Práticas de memória coletiva.** A Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9, n.18, ago. 89/ set. 89, p. 9 – 18.